

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Márcia Lima Xavier
Mestranda em Ensino - UESB
Professora da Rede Municipal de Educação de Jequié-BA
E-mail: xaviermarcia841@gmail.com

Resumo: O presente artigo consiste num estudo de natureza qualitativa e exploratória sobre “*Os desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular*”, realizado na Escola Municipal Dr. Joaquim Marques Monteiro no município de Jequié-Ba. Ao estudar essa temática o objetivo foi identificar quais os desafios a escola vem enfrentando para consolidar a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ambiente escolar. Para isso, foi elaborada revisão bibliográfica a fim de conhecer o processo da inclusão. Em tempo, é importante ressaltar que foi utilizado como referencial teórico: *A Declaração de Salamanca e Lei de Diretrizes e bases*. Assim, este estudo justifica-se pelo fato da educação ser direito de todos e dever do Estado e, que no âmbito municipal encontra-se representada pelas escolas, as quais têm a responsabilidade de atender todos com qualidade, sem distinção da raça, da religião ou posição social. A educação inclusiva baseia-se numa teoria com longa e bem estruturada caminhada, mas na sua prática esta, ainda, tem muito que alcançar, pois apesar de a escola ter pessoal especializado para o auxílio no ensino regular, ainda falta à compreensão dos educadores desse ensino regular e, por fim uma carência de vontade e comprometimento da sociedade como um todo para que a inclusão aconteça no seu sentido mais amplo.

Palavras-chave: desafios, inclusão, necessidades educacionais especiais.

Introdução

No período do advento da República, a educação básica e a Educação Especial não foram totalmente assumidas pelo Estado, assim se encontrava diferentes situações no território nacional, como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Após um determinado período, começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas as escolas públicas, sendo que no final de 1920 já se encontravam em funcionamento algumas classes em escolas estaduais, a maioria no Rio de Janeiro.

O fato do Estado não assumir totalmente a escolarização das pessoas com deficiência, abriu espaço para que as instituições assistenciais assumissem esse ramo da educação, o que pode ser constatado com a criação da Sociedade Pestalozzi, na década de 1930, das

Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na década de 1950, e das unidades de reabilitação no início dos anos 1960.

Atualmente, observamos uma mobilização da escola frente ao novo modelo escolar, que é a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas salas de aulas, de ensino regular. Esse movimento obriga a escola a refletir sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola. Mader (1997) corrobora com esta ideia quando afirma que é necessária a construção de uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, proporcionando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Em relação à criança com necessidades educacionais especiais, acreditamos que a sua inserção na escola, realizada dentro desse paradigma da inclusão escolar, possa constituir uma experiência fundamental que venha a definir o sucesso ou fracasso de seu futuro processo de inclusão na sociedade. Desse modo, todos os indivíduos, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais, devem ter garantido seu direito de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, possibilitando, assim, uma vida independente e uma postura crítica frente aos fatos ocorridos no cotidiano.

É necessário salientar que o professor é uma peça muito importante no conjunto que movimenta todo o sistema educacional. Nesse sentido, é fundamental que o professor da escola regular seja devidamente capacitado para receber esse novo alunado que está chegando à escola.

Consideramos importante analisar as concepções dos professores, pois sabemos que eles constroem sentidos que retratam o seu modo de ser e agir, a partir das relações estabelecidas ao longo de sua vida, tanto no nível pessoal quanto profissional. Daí, a importância de conhecer de maneira mais aprofundada o que pensam e como agem os professores de alunos com deficiência mental, pois sua maneira de ser traz pistas importantes para compreendermos sua prática pedagógica. (Oliveira & Miranda: 2007 p.3)

Assim, partindo dessa abordagem surgiu a vontade de desenvolver o presente trabalho, cuja pretensão é identificar de que forma a Escola Municipal Dr. Joaquim Marques Monteiro da rede municipal de educação de Jequié-BA tem assumido o compromisso de fazer real a inclusão e quais são os desafios enfrentados. Para isso, de acordo com uma pesquisa qualitativa e

exploratória foram elaborados e aplicados questionários direcionados aos professores docentes, auxiliares e professores das salas de Atendimento Educacional Especializado da escola.

Diante do que foi possível observar, embasado em um referencial teórico que se apoia nos estudos da Declaração de Salamanca *sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96). Apresentamos um discurso comprometido com a relevância da temática a que nos propomos abarcar neste trabalho, considerando o princípio norteador desta pesquisa a inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, como um processo dinâmico na construção de ideia/sentido da inclusão de forma mais ampla. Partindo do conceito de inclusão e discutindo os resultados da pesquisa, chegando às considerações finais.

Vivenciando a inclusão

Garantida na Constituição Federal no artigo 206 que iguala as condições de acesso e permanência na escola, a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais nas classes de ensino regular busca efetivar a equiparação de oportunidades para todos, como assim acentua a Declaração de Salamanca:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Salamanca, 1994).

O processo de *Educação Inclusiva* vem sendo construído a partir de diferentes movimentos sociais de direitos humanos, de educação e de diversas associações de portadores de necessidades especiais tanto no Brasil quanto no mundo. Esses movimentos buscaram, ao longo do tempo, redefinir as formas como os deficientes eram entendidos e tratados. Da antiguidade à era moderna essas pessoas sofreram diferentes formas de segregação, tendo o paradigma da institucionalização como forma de sustentação de seu atendimento por quase 500 anos.

A inclusão é um processo amplo, que estende à escola a obrigação de ter estrutura física, de recursos humanos e financeiros, para democraticamente promover a inserção dos

alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem. Processo este, que não promova apenas o acesso e a permanência, mas também, o desenvolvimento social e escolar do aluno portador de necessidades educacionais especiais. Veja o que diz a autora citada abaixo:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 1997, s/p).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) vem dando base à inclusão escolar, *influenciada por diretrizes internacionais, vem se constituindo como prioritária na legislação brasileira desde a década de noventa...* A legislação brasileira pressupõe a educação inclusiva com características que ampliam o acesso de grupos que durante a história do país foram sendo excluídos de acordo (a classe, a etnia, o gênero, a idade, a deficiência e etc.). Bem relatada abaixo na mesma:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994)

A educação, dentro do contexto da *Educação Inclusiva*, supõe o estabelecimento de algumas condições básicas, sendo uma das principais, a transformação do meio escolar. Transformação no currículo e nas condições de formação e trabalho dos profissionais de educação. Mudanças também no contexto da sala de aula, nas formas de trabalhar e entender a aprendizagem que deve ser considerada como um processo que envolve a interação entre o professor, o aluno e os objetos da aprendizagem. Sendo assim:

A expressão educação inclusiva não deve ser tomada como se fosse autoexplicativa, pois não se pode perder de vista a relação entre o particular e o geral, isto é, entre as propostas para a educação e a dinâmica e configuração das sociedades contemporâneas. (PLETSCH: 2009, p.10)

Segundo Mantoan (2003) a completa inclusão se traduz na condição de revertermos os problemas que são enfrentados pela maior parte de nossas escolas. Tais escolas costumam atribuir aos alunos a ausência de competências que deveriam ser ensinadas por elas — *sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.*(MANTOAN 2003: p.17)

Ainda de acordo com a autora grande parte *dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado.* (MANTOAN 2003: p.41) É verdade afirmar também, que devemos reconhecer que novas propostas educacionais em se tratando de inclusão, por exemplo, provocam no professor um abalo profissional. É como se tudo que foi conquistado por ele e todo o caminho percorrido até ali, não tivessem o devido reconhecimento, por uma dada estrutura ou sistema de ensino.

Para confrontar o embasamento teórico adquirido através da pesquisa bibliográfica foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários aos professores do Ensino Fundamental I e II, assistentes de sala, além dos profissionais especializados da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE da Escola Municipal Dr. Joaquim Marques Monteiro do Município de Jequié-Bahia, escola esta, estruturada para receber as crianças com necessidades especiais, com banheiro adaptado, rampa, piso tátil ,sala de atendimento e assistentes de sala (cuidadores).

A pesquisa é um instrumento de análise de uma determinada realidade e ao mesmo tempo é a reconstrução de um conhecimentos e, ainda, uma tentativa de descobrir novas ideias e conhecimentos através da reflexão. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 155) é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Portanto, a pesquisa, é um instrumento de análise de uma determinada realidade e ao mesmo tempo é a reconstrução de um conhecimento e, ainda, uma tentativa de descobrir novas ideias e conhecimentos através da reflexão. A pesquisa utilizada é de natureza qualitativa, que de acordo com Leopardi (2001) possibilita conhecimentos verídicos dentro da natureza de quem informa. Para Oliveira (1997: p.57) contribui no “*processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado*

grupo e permite em maior grau de profundidade, a interpretação as particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos”.

Objetivou-se nesta pesquisa verificar através da aplicação dos questionários, a compreensão dos profissionais da escola sobre a importância da inclusão no ambiente escolar de ensino regular e como ela acontece. A pesquisa de campo contribuiu muito para perceber a real participação da escola na inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais.

Com a finalidade de apresentarmos os resultados obtidos através da pesquisa desenvolvida, faremos uma exposição dos questionamentos abordados e das respostas colhidas. Fazendo um paralelo do discurso apresentado na amostra e o referencial teórico estudado.

A escola comum tem como compromisso difundir o saber universal, certamente terá de saber lidar com o que há de particular na construção do conhecimento sobre atendimento educacional especializado. Mas ainda assim, terá limitações naturais para tratar com o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência, principalmente com a deficiência mental. Esse fato já aponta e demonstra a necessidade de existir um espaço para esse fim, que não seja eminentemente clínico e que resguarde uma característica tipicamente educacional.

Para esse fim, está previsto na Constituição de 1988 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção. Em seu Artigo 208, a Constituição determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino por isso, faz-se necessário e urgente discutir cada uma das questões envolvidas nesse problema, buscando amenizar os problemas educacionais, propondo um novo caminho na construção de uma educação nova eficaz.

A finalidade desta análise de dados é apresentar os resultados das informações coletadas através dos questionários, que foram aplicados aos professores da escola Municipal Dr. Joaquim Marques Monteiro da rede municipal de educação de Jequié visando identificar quais os desafios da inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. Os questionários foram aplicados a oito professores que lecionam no Ensino Fundamental nas Séries Iniciais e Finais. Identificando o perfil dos docentes entrevistados através de questionários, observou-se que 80% (5,6) dos professores são licenciados em Pedagogia,

enquanto 20% dos professores têm outras licenciaturas. Dois professores da sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e dois professores assistentes; todos licenciados em Pedagogia e do sexo feminino.

Com relação ao tempo de serviço em sala de aula observou-se que 35% dos docentes têm experiência de 9 a 12 anos de serviço e 35% 17 anos de serviço e 25% de 18 a 21 anos. Dentre os professores que responderam o questionário 75% (6) lecionam no Ensino Fundamental I nas séries iniciais e 25% (2) no Ensino Fundamental II nas séries finais.

Foi questionado aos professores docentes de classes comuns: **O que você entende por inclusão?** Dentre os participantes dessa pesquisa pudemos destacar algumas respostas: “É aceitar o outro com suas diferenças, respeitando as suas limitações” (40%), “A integração de todos os indivíduos independente da sua condição física ou social” (35%), “Ação ou efeito de incluir algo ou alguém” (25%)

De acordo com a Declaração de Salamanca, o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, “*principio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter*” . As respostas destacadas acima demonstram que os professores questionados compreendem e conhecem o que significa a inclusão numa sociedade.

O segundo questionamento feito aos professores foi: **Qual a sua opinião sobre a inclusão de portadores de necessidades especiais nas classes comuns?** Em resposta ao questionamentos alguns professores responderam: “Muito complicado, pois os professores de classes comuns ainda não tem preparação adequada e apoio necessário para realizar este trabalho.” ;(35%) “A inclusão é de fundamental importância para que todos tenham acesso a educação, mas precisa de adequação .” ;(35%) “Eu discordo totalmente” e (20%) “É importante essa interação,pois através do contato há uma troca de aprendizagem” (10%). Estas respostas mostram que a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno portador de necessidade especial na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola esteja preparada para ser capaz de trabalhar com os alunos que chegam até

ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais. De acordo com Bueno (1999),

[...] não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer seja na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial (p. 9).

De todas as professoras questionadas, apenas uma afirmou com convicção que não é a favor da inclusão de portadores de necessidades especiais nas classes comuns, para ela, a presença de alunos com deficiência atrapalham as outras crianças no desenvolvimento da aprendizagem e diminui o ritmo das aulas. Manifestando, assim, falta de credibilidade, considerando a inclusão como uma utopia, bem como afirma Glat (1998) em seu estudo. Segundo a autora, para que possa sair do plano imaginário, a escola inclusiva necessita de condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e, até mesmo, físicos de que não dispomos no Brasil, nem nos grandes centros que não dependem do MEC.

É fundamental haver uma mudança da escola, pois trabalhar com todos os alunos tem sido um grande desafio ao sistema escolar. É possível observar, por parte dos professores e de profissionais da educação, grande resistência em aceitar o desafio colocado pelo processo de construção da escola inclusiva, o que consideramos perfeitamente compreensível, dada à ausência de sua formação para enfrentar esse desafio. Tal resistência surge, entre outros diversos determinantes, em decorrência da não problematização do assunto, tendo em vista que, raramente, este é contemplado nos momentos de formação inicial e/ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento.

Quando perguntados: **Você tem aluno(a) com necessidade especial na sua classe?** 60% dos professores responderam que sim, enquanto 30% disseram não ter alunos diagnosticados, mas que pareciam ter algum problema e 10% respondeu que não. Estas respostas evidenciam que o número de crianças portadoras de necessidade especial nas classes comuns é bastante relevante, apesar da falta de preparo dos professores e da falta de acessibilidade na maioria das escolas.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 10% (dez por cento) da população brasileira é composta de pessoas portadoras de deficiência, das quais 05% (cinco por cento) são portadoras de deficiência mental. Em dados atuais, essa cifra corresponde a 750.000 (setecentas e cinquenta mil) pessoas. (BRASIL: 1997, p.31)

Ao serem questionados **“De que precisa um professor de classes comuns para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva?”** Todos foram unânimes em dizer que a formação é a parte fundamental para que um professor seja um bom profissional na educação especial. Porém, o suporte de profissionais especializados como psicólogos, intérpretes, fonoaudiólogos foi citado por 90% dos questionados como essencial para o bom desempenho do educador. A acessibilidade, nos questionários representados pelos espaços físicos adequados, também esteve em 70% das respostas coletadas. Dedicção também foi citada por 20% dos questionados. Uma coisa chamou a atenção, foi à resposta de uma professora que questionou a exclusão do professor com relação à preparação. Pois, antes mesmo de começar a incluir as crianças com deficiência nas classes comuns, deveria ser oferecido ao professor à preparação adequada, o que não ocorreu.

Estes dados comprovam que no cotidiano da escola os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas salas de aula regulares vivem uma situação de experiência escolar precária ficando quase sempre à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, porque muito pouco de especial é realizado em relação às características de sua diferença.

Questionados se **A sala de Atendimento Educacional Especializado da escola desempenha papel de importância no ambiente escolar? Por quê?** Foram unânimes em dizer que sim, *“pois além de oferecer profissionais especializados para atender as crianças com dificuldades de aprendizagem, pode encaminhá-las para atendimentos de outros centros especializados.”* O Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um “conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular”. (BRASIL, 2013, p.7). O Atendimento Educacional Especializado é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e o que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Foi questionado ao Profissional da sala de AEE se a **conduta do professor pode facilitar ou dificultar o estabelecimento de relações favoráveis à criação de um ambiente de respeito mútuo e interação social entre os alunos ditos normais e com deficiência em sala de aula regular**, as respostas dos 100% dos professores deixam evidente que sim, pois “... o professor deve estar ciente do seu papel e de sua representação em sala de aula, caso contrário poderá reforçar preconceitos.” (resposta de uma professora).

Também, o profissional da sala de Atendimento Especial Especializado foi questionado sobre: **Para você qual a importância do professor assistente para crianças portadoras de necessidades especiais nas classes comuns?** “De fundamental importância para que verdadeiramente a inclusão aconteça, pois na falta de preparação do professor regente o assistente pode facilitar a interação da criança atendida não apenas com o professor da turma, mas também, com os outros alunos da classe, além de possibilitar a aprendizagem da criança portadora de necessidades educacionais especiais.”

“com função de assistir ao seu aluno, de acordo com a sua necessidade e deficiência, já que o professor regente de classe tem função de colaborar para construção do conhecimento do aluno; o professor assistente tem importância fundamental, pois realiza de fato a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais nas classes regulares. Mesmo tendo conhecimentos sobre a necessidade do aluno, o professor sozinho não tem condições de atendê-lo e aos demais”

Professor de apoio permanente em sala de aula: professor habilitado ou especializado em educação especial que presta atendimento educacional ao aluno que necessite de apoios intensos e contínuos, no contexto de ensino regular, auxiliando o professor regente e a equipe técnico pedagógica da escola. Com este profissional pressupõe-se um atendimento mais individualizado, subsidiado com recursos técnicos, tecnológicos e/ou materiais, além de códigos e linguagens mais adequadas às diferentes situações de aprendizagem (PARANÁ, 2003, p. 20).

Estas respostas mostram que seguindo as diretrizes¹ para implementação da política de Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, o Sistema Municipal de Ensino de Jequié – BA tem implementado à Educação Inclusiva. Um exemplo é que além das professoras que trabalham na sala de AEE, todos os assistentes de sala são pós-graduados (lato sensu) na área de Educação Especial, cumprindo a nova LDB, artigo 59, inciso III (p.319) que estabelece que

¹ LEI Nº 1.797, de 23 DE DEZEMBRO de 2008.

deve ser assegurado “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns”. . Algumas escolas do município de Jequié têm estrutura adequada para receber as crianças portadoras de necessidades especiais. A escola Dr. Joaquim Marques Monteiro é uma delas , Jequié é uma cidade pioneira da Educação Especial na Bahia.

Considerações Finais

A pesquisa nos mostra que são grandes os desafios encontrados pela Escola Municipal Dr. Joaquim Marques Monteiro-Jequié-BA para que aconteça verdadeiramente a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Mas também, podemos afirmar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular na rede municipal de educação de Jequié-BA, parcialmente condiz com o conceito de inclusão, pois existem na mesma, escolas como a pesquisada, que adota princípios inclusivistas e preparam para receber os alunos com necessidades especiais, com todos os recursos necessários. Dentre esses, estão o oferecimento de cursos para capacitação de professores; o apoio da família do aluno com necessidades educacionais especiais; menor número de alunos na sala de aula; a eliminação de barreiras arquitetônicas; o apoio da sociedade política; a destinação de verbas; a adequação de currículos; metodologias de ensino; recursos didáticos e materiais e sistemas de avaliação diferenciada.

Reconhecemos que trabalhar com classes heterogêneas que acolhem todas as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças portadores de necessidades educacionais especiais e também as que não têm. Na medida em que estas têm a oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas. Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender.

A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno com necessidades educacionais especiais na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola

esteja preparada para dar conta de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais e nesse aspecto a Educação Especial desenvolvida na cidade de Jequié-BA tem sido pioneira.

Assim, esperamos que os resultados dessa pesquisa contribuam de alguma forma, com as discussões atuais em torno da temática sobre formação de professores que trabalham com alunos que possuem necessidades educacionais especiais, e como reflexão para que as autoridades competentes da rede municipal de educação em Jequié-BA repensem suas ações e façam valer, ainda mais, as leis, decretos ou portarias implementadas de forma a preparar efetivamente os ambientes escolares para receberem as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais..

Referências

BRASIL. Lei 9394 de 24 de dezembro de 1996. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394-96 Eca.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008. 2008, p. 14-20. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pdf/politicaedcespecial.pdf>>. Acesso em: 05 fevt. 2018

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. 1999, v.3, nº 5, p. 07- 26.

GLAT, R. Inclusão Total: mais uma utopia? **Revista Integração**. Brasília, ano 08, nº 20, 1998. p. 26-28.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEOPARDI, Maria Teresa e CIs. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Paioti, 2001.

MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo, Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa gler. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. P.17-41— (Coleção cotidiano escolar)

_____, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC.

OLIVEIRA, Mália Cardoso, MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Inclusão escolar: concepções de professores de alunos deficientes mentais na educação regular [VOL 1, Nº 1 \(MAR 2007\)](#). Disponível

<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/3843/2848>: Acesso: 20 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Luiz Silvio. Tratado de Metodologia Científica. 1ª ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

PARANÁ. Deliberação n.º 02, de 02 de junho de 2003. Conselho Estadual de Educação. Curitiba. p. 20. 2003. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br//seed/deliberações.nsf/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PLETSCH, M. D. & GLAT, R. Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. *Projeto de qualificação de doutorado*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais* 1994. Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.